
O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Álaba Cristina Pereira¹
Élister Lílian Brum Balestrin²
Marlize Rubin Oliveira³

Área Temática: Administração
Eixo Temático: Administração de Pessoas

RESUMO

A Universidade - enquanto instituição inserida em uma racionalidade capitalista - tem vivido momentos de transformação, cuja compreensão só pode se dar sob a ótica da complexidade. O flagrante aumento do número de pessoas com curso superior na última década e a demanda escancarada do mercado por profissionais com maior escolarização propicia inúmeras reflexões sobre o papel que a universidade ocupa na atualidade, o significado que a conclusão de um curso superior tem nos dias modernos e a transição da relação aluno-professor para a relação cliente-fornecedor. Sendo assim, o objetivo do artigo é realização de uma reflexão sobre qual seja o papel da Universidade na sociedade contemporânea. A evolução no ensino superior tem mostrado os impasses a sua exequibilidade como agente do conhecimento e do saber, pautada em uma cultura consumista. Fica evidente que a racionalidade capitalista tem interferido na sociedade contemporânea, influenciando a Universidade a adequar-se às novas exigências do mercado. Por fim, entende-se que a Universidade tem uma função fundamental para o desenvolvimento e o progresso da sociedade, de modo que a sua redução como uma mera fábrica de diplomas pode ser um prejuízo a ser suportado por toda a coletividade.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Sociedade Capitalista. Universidade.

INTRODUÇÃO

“Vivemos a passagem uma sociedade para outra”.

(Touraine, p.265, 1994)

“Mudou nosso modo de ver a natureza, agora transformada em meio de produção; mudou nosso padrão de essencialidades materiais; mudou a capacidade destrutiva dos artefatos bélicos; mudou, qualitativa e quantitativamente, o ritmo de degradação ambiental; mudou o caráter da ciência, que

¹ Psicóloga e advogada, Especialista em Saúde Mental e Psicopedagogia Institucional, Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

² Nutricionista, Especialista em Ciências da Nutrição Humana, Saúde Pública e em Educação a Distância, Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

³ Licenciada em Educação Física, Doutora em Educação, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.



fundamenta os avanços tecnológicos, o progresso. Diante de tais transformações, e de um aumento notável nos riscos que corre a humanidade, o momento atual recomenda uma revisão dos paradigmas que movem a busca do progresso” (Bursztyn, 2001, p.19).

As concepções expostas acima evidenciam a conjuntura atual do século XXI: um momento de transição. Vive-se uma época de ausência de certezas (HANNIGAN, 1995) e de dissolução dos constructos sociais. Os tempos são de ruptura com velhos paradigmas e antigos saberes. A noção cartesiana de um saber inequívoco, fechado e compartimentado está estremecida. A crença de que o Progresso e a Ciência trariam apenas bem-estar e felicidade ruiu.

Mergulhada nesse contexto, a Universidade também tem vivido momentos de transformação, cuja compreensão só pode ser feita sob a ótica da complexidade: considerando o contexto singular em sua interface com os vários aspectos da realidade e reconhecendo a multidimensionalidade dos fenômenos sociais.

Dados recentemente divulgados pelo IBGE sobre o censo 2010 mostram que o percentual de pessoas com curso superior completo subiu de 4,4% em 2000 para 7,9% em 2010.

Essa nova realidade evidencia que:

(...) o chamado processo de globalização da economia mundial tem tido uma enorme influência nos padrões educacionais dos países. Cada vez mais são indispensáveis níveis elevados e especializados de educação, na medida em que as transformações que vêm ocorrendo exigem a superação dos conhecimentos básicos. Neste contexto, os processos de formação profissional tornam-se praticamente uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho. Neste particular, o debate no Brasil sobre formação geral versus formação profissional vem suscitando diversas abordagens sobre a realidade educacional, desde que se evidenciou uma retração do mercado de trabalho acompanhada de aumento da demanda por ocupações que exigem maiores níveis de escolarização (IBGE, 2009, p. 37).

O flagrante aumento do número de pessoas com curso superior na última década e a demanda escancarada do mercado por profissionais com maior escolarização propicia inúmeras reflexões.

A primeira delas refere-se ao próprio cerne da Universidade.



Estamos vivenciando uma época em que o estilo de vida da sociedade é fortemente influenciado pela racionalidade econômica dominante. O capitalismo dita as regras do mercado, dita as demandas e também a forma de suprimento dessas demandas. Frente a esse contexto, é interessante refletir sobre o papel que as universidades ocupam na atualidade.

A segunda reflexão fundamenta-se no significado que a conclusão de um curso superior tem nos dias modernos. Especula-se se o sentido estaria apenas na consecução de um diploma (leia-se pedágio exigido pelo capitalismo para a ascensão profissional) ou numa esfera moral e ética, ligada à aquisição de conhecimento e saber.

Por último, sabe-se que, num sistema capitalista, demandas são sinônimos de oportunidades de negócio. E, numa tentativa de se adaptar à lógica capitalista, o Ensino Superior tem vivenciado momentos de transição da relação aluno-professor para a relação cliente-fornecedor, com todas as implicações que uma relação de consumo pode ter.

Diante desse contexto, o presente artigo propõe-se à realização de uma reflexão sobre qual seja o papel da Universidade na sociedade contemporânea. Para isso, discorre sobre a Universidade em seus primórdios e sobre suas transformações ocorridas ao longo do tempo, fazendo uma análise sobre o sistema capitalista moderno e suas implicações sociais, numa tentativa de compreender a complexidade que envolve a produção do saber nos dias atuais.

1 UNIVERSIDADE: PRIMÓRDIOS E TRANSFORMAÇÕES

O ensino superior surge na Europa ocidental, com características de comunidade universitária baseada no movimento associativo forte, que estabelecia seus próprios estatutos e representantes eleitos, para garantir e assegurar proteção diante das ameaças à autonomia da atividade.

As escolas tinham disciplinas que atendiam as demandas da época e formavam uma base curricular: gramática, retórica, lógica, aritmética, música, astronomia, geometria. Além dessas, também havia as disciplinas de ciências



sagradas (teologia).

A Universidade pode ser denominada como instituição específica da civilização ocidental, nascida na Itália, França e Inglaterra no século XII. Instituição que perdura até hoje, devido ao seu papel social, que vem desde a era Medieval e que se disseminou por toda a Europa a partir do século XVI, sobretudo XIX e XX (CHARLES; VERGER, 1996).

No Brasil, a história da universidade nasce com os movimentos de modernização que delinearam transformações econômicas, culturais e sociais, e elevaram a demanda pelo ensino superior. Nesta perspectiva, de 1909 a 1912 houve tentativas de instauração de instituições de ensino superior, no entanto, sem êxito e com existência efêmera e precária na instalação de Universidades como a de Manaus, São Paulo e a do Paraná (FAVERO, 1999).

Por ocasião, a primeira Universidade oficial é criada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, que apresentava em seu decreto o objetivo de estimular a ciência, estreitar entre os professores os laços de solidariedade individual e moral, além de aperfeiçoar os métodos de ensino (FAVERO, 1999). Segundo a mesma autora, a universidade nasce da justaposição de três escolas profissionais tradicionais existentes na capital do País.

Nesta pauta, a história brasileira do ensino superior é demarcada na década de 1920, reorganizada na década de 1930, no entanto, se protagoniza e reestrutura nos anos 1960. Ao longo dos anos, tentativas pela busca do verdadeiro objetivo do que deveria ser a Universidade são rastreadas, na tentativa de adaptar-se as necessidades da complexidade de uma sociedade contemporânea.

Já para Silva (2006), a reestruturação da Universidade é inerente à ideia de uma adaptação às novas necessidades da modernidade, uma definição arquitetada pelo tempo histórico e por um conjunto de pensamentos que já foi constituído e foi fracassado, usando-se de procedimentos exigidos pelo tempo histórico (mercado, tecnociência, organização eficaz e tecnicismo produtivista), os quais, redefinem a universidade contemporaneamente.

Para Sousa Santos (1989), os grandes objetivos da Universidade eram até 1964, definidos como espaço de investigação, como um centro de cultura disponível para a educação do homem no seu todo e transmissão da verdade, que



entrelaçados constituíam a ideia perene do ensino superior como unidade de conhecimento. Esses objetivos apresentaram-se alterados e acrescentados ao longo da contemporaneidade devido aos debates em torno das funções do ensino superior.

A multiplicidade de funções apresenta necessidade de levantar a compatibilidade entre elas, o que muitas vezes leva a contradições, que foram acumuladas na última década com aparecimento de uma gestão das tensões, que tende a ser sintomática e representa sempre a reprodução controlada de uma dada crise da Universidade (SOUSA SANTOS, 1989).

Ainda para o mesmo autor há uma tripla crise - hegemonia, legitimidade e institucional. A crise da hegemonia se instaura na medida em que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. Há uma crise de legitimidade à medida que a Universidade se torna socialmente visível com falência de objetivos coletivamente assumidos. Finalmente há uma crise institucional na Universidade na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições ditas mais eficientes (SOUSA SANTOS, 1989).

As crises em torno desta análise são recorrentes desde os primórdios do surgimento da Universidade, assinalado por Favero (1999):

Entre as questões recorrentes nesses debates destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber as universidades brasileiras; autonomia universitária; se o modelo de universidade a ser adotado no Brasil deve ser o único ou cada universidade deverá ser organizada de acordo com sus condições peculiares e as da região onde se localiza (FAVERO, 1999, p. 19).

Esses debates eclodiram nos últimos anos e continuam até os dias de hoje, devido às aparentes contradições nas funções do ensino superior que tem derrubado a hegemonia latente no sistema educativo. O que deixa marca de um processo de complexidade para entender as necessidades do mercado, valores dos estudantes e os conhecimentos atrelados à premência diária dominante de um desenvolvimento hegemônico. É a sociedade exigindo a incorporação de novas formas de conhecimento.

É assim que as novas formas tiveram impactos nas instituições e nos



pesquisadores como cita Charle e Verger (1996):

A medida que a ciência e suas aplicações técnicas, militares e econômicas transformaram-se em um objeto central das sociedades contemporâneas, tanto os atores públicos e privados quanto os próprios pesquisadores tenderam a tornar autônomas suas instituições de pesquisa (CHARLE; VERGER, 1996, p. 128).

Destarte, o ensino superior do século XXI apresenta características em relação ao esvaziamento do Estado e interferência da iniciativa privada, que vem crescendo ao longo dos anos. Nota-se que há uma busca pela expansão do ensino pautados nos padrões internacionais, além da necessidade de uma diversificação e internalização de ensino, complementares para a participação ativa no desenvolvimento científico global.

Charle e Verger (1996) consideram que a Universidade foi enraizada historicamente e socialmente nos primórdios da sociedade, em que “o grau universitário valia antes de tudo como alvará de integração social, gesto de subordinação à ordem política imposta” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 61).

Aos poucos, a universidade reintegra seu papel consolidado de conhecimento e confronta-se num alarmante espaço tecido pelas exigências do modelo de sociedade atual, voltadas não somente à mão de obra para o mercado de trabalho, mas passa a demonstrar diferenciadas organizações sob a forma de oportunidade de negócio e consecução de diplomas.

Impera nessa nova racionalidade econômica capitalista uma visão fragmentada, alienada ao impasse da complexidade que envolve o ensino superior.

Nesse contexto, de acordo com Rebelo, Coelho e Erdmann (2003), as Universidades são organizações complexas que fomentam o ensino superior, a pesquisa e a extensão, sendo ainda aglutinadoras dos saberes produzidos pela humanidade. Essa complexidade pode ser o conjunto de funções distintas, porém que buscam o mesmo centro: o conhecimento e o saber.

Ao considerar as exposições, será que realmente o ensino superior vem desempenhando seus objetivos citados no Relatório da Unesco para a educação do século XXI? Lugar onde se aprende, acompanha a evolução do mercado de trabalho, cultura, estudo aberto a todos, local de produção e sociabilização do conhecimento.



Percebe-se que a história da Universidade deixa evidente os impasses a sua exequibilidade como agente do conhecimento e do saber, necessários à racionalidade da sociedade atual, a qual está pautada em uma cultura consumista que acaba, por sua vez, substanciando o individualismo, agregado ao comprar e consumir, competir e vencer.

2 A RACIONALIDADE CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Desde o seu surgimento, o capitalismo tem passado por inúmeras reinvenções, as quais influenciam diretamente as relações sociais, o mercado de trabalho e o estilo de vida das pessoas.

A cada reinvenção, porém, mantém-se a busca desenfreada pelo progresso e pelo crescimento econômico como sinônimo de bem-estar social. Os riscos e consequências danosas são desconsiderados em prol da fictícia ligação entre consumo e felicidade, evidenciada por Bauman (2004, p. 86): “A suposta chave para a felicidade de todos, e assim o propósito declarado da política, é o crescimento do produto nacional bruto (PNB). E o PNB é medido pela quantidade de dinheiro gasta por todo mundo em conjunto”.

Assim, difundiu-se a ideia de que a felicidade estaria de alguma forma ligada à prosperidade econômica e ao poder aquisitivo. Surgiu, então, a cultura do consumismo. E tem-se “uma sociedade de consumo que se consome em um presente cada vez mais breve, indiferente aos estragos causados pelo progresso na sociedade e na natureza” (TOURAINÉ 1994, p.213).

Nas palavras de Guimarães (2001):

O afã do crescimento ilimitado baseado na crença do desenvolvimento tecnológico, igualmente ilimitado, só é capaz de produzir a alienação dos seres humanos, transformando-os em robôs que buscam incessantemente a satisfação de necessidades que têm sempre menos relação com as necessidades de sobrevivência e de crescimento espiritual. Embora tenhamos sido levados a crer cegamente que quanto mais nos transformemos de cidadãos em consumidores mais nos aproximaremos da liberdade e da felicidade, a verdade é que nos tornamos humanos durante o percurso (GUIMARÃES, 2001, p. 68).



Portanto, a racionalidade capitalista promove um culto ao consumo, reduzindo o homem a um ser que produz e consome. Vivemos sob “o império da ordem econômica que converte o ser em ser para a produção, em homo economicus” (LEFF, 2006, p. 77).

Perante a ótica do capitalismo, vive-se uma cultura do “ter”, que aprisiona o indivíduo na ideia de que é preciso trabalhar cada vez mais para poder comprar a felicidade que o mercado lhe oferece sob a roupagem tangível de bens de consumo. Essa lógica do “ter” em detrimento do “ser” que rege a sociedade consumista do século XXI é perigosa. De um modo assustador, as pessoas se tornam escravas de seus próprios desejos e consumos, trabalhando insanamente mais e mais para ter, consumir e comprar, competir e vencer. Além de gerar todos esses desejos consumistas interpretados como necessidades, a racionalidade capitalista também criou uma associação maquiavélica entre poder de consumo e valor pessoal.

Vive-se a fase do “consumo, ergo sou”, citada por Guimarães (2001, p.68), pois a identidade psíquica do indivíduo está intimamente ligada ao lugar que ele ocupa na hierarquia capitalista e ao seu poder aquisitivo. Quanto mais ele for capaz de consumir, mais valorizado e respeitado será por seus pares. E para poder comprar mais e mais, as pessoas precisam trabalhar cada vez mais, o que cria um círculo vicioso que funciona como motor do sistema capitalista.

De acordo com Guimarães (2001), a modernidade contemporânea é a do consumidor, pois vivencia-se um período de

(...) verdadeira revolução dos padrões de produção e de consumo. Esta revolução desconectou-nos, um pouco, de nossas necessidades biológicas, tornou-nos mais alienados de nós mesmos e do respeito aos nossos sócios da natureza, deixou-nos mais premidos de quantidades crescentes de recursos de poder para garantir a incorporação (e destruição) de ambientes extranacionais capazes de garantir a satisfação dos padrões atuais (insustentáveis) de consumo (GUIMARÃES, 2001, p. 54).

A alienação produzida no indivíduo pelo sistema capitalista foi descrita também por Marx, citado por Guimarães (2001):

(...) quanto menos você for e quanto menos expressar a sua vida, tanto mais você terá e mais alienada será a sua vida. [...] tudo que lhe é tirado pelo economista sob a forma de vida e humanidade, tudo lhe será devolvido



por ele sob a forma de dinheiro e riqueza (GUIMARÃES, 2001, p. 68).

Sendo a alienação o estado da pessoa que, tendo sido criada em condições sociais específicas, submete-se cegamente aos valores e instituições dadas por outrem e perde a capacidade de questionar esses elementos, compreende-se por que ela é tão perigosa e por que autores como Marx se preocupavam tanto com ela.

Do ponto de vista psicossocial, seus efeitos são desastrosos, pois a imersão em uma cultura capitalista molda indivíduos incapazes de contestar os valores vigentes, levando-os a acreditar que existe uma única forma correta de viver, qual seja, a idealizada pelo sistema dominante. É a “dominação que se exerce sobre os corpos e as almas”, de que nos fala Touraine (1994, p. 261). Sobre essa dominação, Morin (2005) explica:

(...) a relação antropossocial é complexa, porque o todo está na parte, que está no todo. Desde a infância, a sociedade, enquanto todo, entra em nós, inicialmente, através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares: de higiene, de sujeira, de polidez e depois as injunções da escola, da língua, da cultura (MORIN, 2005, p. 75).

Portanto, “(...) a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas” (MORIN, 2003, p. 94).

Essa racionalidade caracterizada pelo consumo produz alterações também nos valores sociais, contribuindo para a emergência de uma cultura mercantilista que relaciona coisas e pessoas ao seu valor econômico:

Desgraçadamente, em função da rapidez da modernidade atual, a economia deixou de estudar os meios para o bem-estar do ser humano e se transformou em um fim em si mesma, uma ciência na qual tudo o que não tem valor monetário e tudo a respeito de que não se pode estabelecer um preço não tem valor (GUIMARÃES, 2001, p. 65).

Nesse contexto, Touraine (1994, p. 265) alerta para a redução do ser humano a nada mais que um consumidor, um recurso humano ou um alvo, cujas necessidades são transformadas em demandas mercantis.

O mesmo autor afirma que, na sociedade contemporânea, o consumo pessoal ocupa um lugar central e uma parte crescente do orçamento doméstico é destinada à aquisição de bens e de serviços repletos de significado cultural: lazer, informação,



educação, saúde, moda etc.

Nessa conjuntura, não ter um emprego e uma renda apropriada significa estar à margem do sistema, não só por questões de carência financeira, mas também por questões subjetivas e sociais, pois há que se reconhecer que os valores capitalistas criam uma cultura que confunde a identidade pessoal e a profissional, fato evidenciado pelos indivíduos quando, ao falar sobre sua ocupação profissional, geralmente dizem “eu sou” (motorista, médico, pedreiro...).

Logo, essa fusão do ego individual com a profissão exercida e também a concepção de consumo como sinônimo de felicidade e bem-estar influenciam o estilo de vida das pessoas e suas relações de trabalho, as quais vão ganhando novas configurações de acordo as exigências do mercado capitalista.

Sobre a influência das demandas mercantis sobre o trabalho, Proni (2006) coloca que:

Há duas relações sociais básicas que são constitutivas do capitalismo: a dominação exercida pelo capital sobre o trabalho, que define uma relação de exploração, e a disputa entre frações do capital pelo controle dos mercados, que estabelece uma relação de concorrência (PRONI, 2006, p. 23).

Dessa maneira, conforme o sistema capitalista vai se transformando, o trabalho também vai adquirindo novos formatos: ao longo do tempo, “o trabalho foi se metamorfoseando com a evolução recente do capitalismo, desde a Revolução Industrial até a ‘era da globalização’” (PRONI, 2006, p. 23).

Em épocas de globalização – que envolve o intercâmbio de mercados e o aumento da competitividade agregados a racionalidade capitalista – cresce a demanda por ocupações que exigem maiores níveis de escolarização.

Nesse contexto de novas exigências capitalistas quanto à formação profissional é que surgem as reflexões sobre o papel da Universidade na sociedade contemporânea.

3 A UNIVERSIDADE EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA



Diante das novas demandas mercantis, a Universidade - enquanto instituição inserida no sistema capitalista e também sujeita à nova racionalidade econômica e social - passa por momentos de reestruturação para dar conta dos entraves do século XXI.

Por mais que se tente manter imaculado o papel da Universidade como espaço de surgimento do conhecimento, ou como centro do saber, é preciso considerar que ela não está imune às metamorfoses capitalistas e seus efeitos. O que se percebe no afirmado por Silva e Sguissardi (2000):

A produção de conhecimento – consubstancial à idéia de universidade desde seus primórdios – tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, o que impõe a sensível perda da autonomia que esta instituição deve ter em relação as pressões do mundo empresarial, da capacidade de reflexão crítica, característica também histórica da universidade. Esse processo de substituição da produção de conhecimento pela administração de dados e informações assemelharia a instituição de educação superior a empresas prestadoras de serviços, organizadas que são para tal fim, sem, obviamente, as exigências que se põem desde sempre para a instituição universitária (SILVA; SGUISSARDI, 2000, p. 106).

Neste ponto de partida que deflagra os inusitados aferimentos quanto às características impostas por essa demanda mercantil, pode-se atrelar a prestação de serviços imbuída no caráter do ensino superior, de certa forma, competitivo com necessidade de assegurar uma organização que oferta produção de conhecimento e saber.

Assim, como qualquer outra organização do século XXI, a Universidade precisa de recursos financeiros e de inovação para manter sua estrutura em funcionamento. Em tempos de crise econômica, a tarefa de conciliar recursos, inovações e qualidade, se torna das mais penosas.

Na emblemática desta percepção, surgem dinâmicas educacionais antes inimagináveis - como a educação à distância, por exemplo, que cresce num ritmo acelerado para fazer frente às necessidades mercantis e tentar oportunizar e facilitar o acesso ao ensino superior. Cursos voltados exclusivamente à formação técnica e profissional proliferam país afora, como operantes para a qualificação.

A relação professor-aluno, agora inserida em uma relação de consumo, também ganha novos - e assustadores - contornos, que exigem uma



estrutura educacional sedimentada com base na compreensão significativa do conhecimento, pois segundo Morin (1990) não há uma forma única de aprender - é um processo complexo - as relações cerebrais estabelecem-se se entretecendo em teias, em redes.

Todo esse contexto evidencia que:

A universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas actividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança (SOUSA SANTOS, 1989, p. 11).

Logo, os desafios são muitos, principalmente para a Universidade pública, que luta contra o sucateamento e a favor da reconhecida qualidade conquistada ao longo dos anos.

No caso das Universidades privadas, a inserção em uma racionalidade capitalista faz com que, assim como outras organizações que visam ao lucro, ela busque o equilíbrio entre a delicada relação com o aluno-cliente, a tentativa de manter-se competitiva e, ao mesmo tempo, oferecer ensino de qualidade.

Sobre essa relação aluno-universidade inserida em um contexto capitalista, Gomes (2008):

(...) a expansão da educação superior foi realizada mediante financiamento privado, doméstico, com a participação ativa do “consumidor de serviços educacionais”, numa clara definição da educação superior como mercadoria (GOMES, 2008, p. 28-29).

Assim, as instituições universitárias privadas seguem a premissa da oportunidade de negócio inerente à lógica do mercado; já as públicas, entram numa acareação de diversas facetas, enfrentando as necessidades na sociedade em sua complexidade, modernização e desenvolvimento, ao mesmo tempo nas exigências feitas pelas políticas mediadoras (SEVERINO, 2008).

Desse modo, por mais sórdida que pareça a ligação entre conhecimento e



capitalismo, é preciso considerar que as Universidades estão mergulhadas em um contexto social muito diferente da época do seu nascimento.

Ademais, há que se considerar que o início das instituições universitárias também esteve ligado a demandas sociais por uma nova forma de estruturar o conhecimento e o acesso ao saber. Isso evidencia que a Universidade está intrinsecamente ligada aos valores culturais e aos anseios sociais de sua época.

Neste cenário, o ensino superior de antemão não pode ser visto como um conjunto fechado separado do mundo, por acreditar no esboço da construção de uma sociedade que virá, pois, o ensino superior simboliza progresso (CHARLE; VERGER, 1996).

Na justaposição com a afirmação de que “o verdadeiro mercado para o saber universitário reside sempre no futuro (SOUSA SANTOS, 1989, p. 54)” sente-se a importância da Universidade apoiar-se não somente a luz da modernidade, no entanto buscar soluções aos entraves de qualidade, ajustando-se às políticas de educação superior, aos projetos políticos pedagógicos coerentes e aliando então as demandas mercantis.

Todo esse processo de adaptação traz intranquilidades aos diversos atores envolvidos, conforme discorre Severino (2008):

Por isso, os atores internos às instituições universitárias se vêem forçados a desencadear simultaneamente iniciativas de inovação e/ou de resistência, de crítica e/ou de elaboração de propostas de melhoria da qualidade do ensino superior, articuladas à exigência de igual melhoria das condições objetivas para o trabalho de ensino, pesquisa e extensão, que lhe é cobrado (SEVERINO, 2008, p. 86).

Há uma lógica de instabilidades quando há condições de desencontros no ensino, nesse sentido que os atores envolvidos tentam dar conta de tudo que lhe é cobrado, buscando melhorias e adaptações a todo o momento para enfrentar os gargalos do ensino superior, que por muito tempo foi privilégio das classes mais abastadas. Porém, nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente popularização do ensino, haja vista as demandas mercantis por níveis cada vez mais elevados de escolarização.

Nos últimos vinte anos, o Brasil assistiu a um notável processo de crescimento de seu ensino superior. No começo dos anos noventa do



século passado, somavam-se 1.540.080 estudantes matriculados no ensino superior no Brasil. Esse número saltou para 2.694.245 de estudantes em 2000 e para 6.379.299 em 2011 (NEVES, 2012, p.02).

Sobre essa fase de transição do Ensino Superior, Gomes e Moraes (2012) apud Trow (1973):

destaca que a problemática que a ES enfrenta nas sociedades avançadas pode ser mais bem compreendida como diferentes manifestações de um conjunto de problemas relacionados, os quais emergem da transição de uma fase para outra em um padrão amplo do desenvolvimento da ES, a transição – em andamento em toda sociedade avançada – do sistema de elite para o de massa e, subsequentemente, para o sistema de acesso universal (.).

É preciso ainda considerar que a transformação vivenciada pelas Universidades resulta também de políticas governamentais que incentivam e facilitam o acesso universitário:

(...) a criação de um sistema de massa no Brasil tem sido perseguida contemporaneamente, antes de tudo como política de Estado, evidenciada, apesar das hesitações e contradições que a caracterizam, na meta de “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001 apud GOMES; MORAES, 2012, p. 181).

Logo, a popularização do ensino universitário representa a democratização da educação, o que pode ser visto como um progresso, já que classes anteriormente excluídas agora estão tendo acesso à formação acadêmica.

Porém, há que se cuidar a que custo essa “inserção universitária” está sendo feita, pois em termos de políticas públicas, muitas vezes os números costumam ser privilegiados em detrimento da análise qualitativa.

Embora fundamental, o crescimento quantitativo não pode “maquiar” a questão da qualidade do Ensino Superior ofertado na atualidade. Em outras palavras, a obtenção de um diploma não pode ser a finalidade em si. Há mais variáveis em jogo: o conhecimento, a agregação de valor, a profissionalização, a intelectualização, enfim, o aprimoramento do aluno como ser humano.

E ainda, é preciso atentar para o fato de que, segundo Gomes e Moraes (2012), no Brasil há indícios de que a mutação do sistema de elite para a



massificação tem-se reproduzido pelo desenvolvimento do setor privado.

De acordo com Neves (2012, p. 06), as universidades privadas representam a maioria esmagadora das instituições de ensino superior: “O Brasil conta, atualmente, com 2.378 IES que apresentam grandes diferenças entre si. Apenas 278 destas são públicas, as demais (89%) são privadas”.

Esse dado envolve uma situação extremamente delicada, pois, além de centros de produção do conhecimento, as universidades privadas são também organizações que visam ao lucro e precisam se manter em um mercado altamente competitivo.

Enfim, toda essa situação leva à reflexão do que realmente significa um diploma universitário nos dias atuais: apenas um certificado de que se está apto às exigências capitalistas modernas, ou um certificado de que a dedicação aos estudos realmente agregou valor e trouxe novos e importantes conhecimentos.

Essa distinção é fundamental, pois está intimamente ligada à qualidade da educação ofertada nas Universidades. Ora, se o objetivo maior é apenas melhorar os índices educacionais e fornecer um diploma capaz de habilitar o aluno às exigências mercantilistas, a qualidade do aprendizado fica em segundo plano.

Sobre a massificação do ensino superior e a questão qualitativa, Gomes e Moraes (2012, p. 186) colocam que “(...) o sistema de massa tem sido tratado como um sistema de ensino massificado, portanto de baixa qualidade. Essa parece ser uma tendência real no caso brasileiro, particularmente no setor privado”.

Ademais, no caso específico das instituições privadas, se o aluno-cliente deseja “comprar” uma formação acadêmica, as condições devem ser vantajosas e convenientes, haja vista a extrema concorrência atualmente existente no ramo das Universidades.

E ainda, outro aspecto que, num primeiro momento parece irrelevante, mas que sob uma análise multidimensional tem importância refere-se “ao turno das vagas oferecidas. As IES públicas concentram a oferta de vagas predominantemente no turno diurno, enquanto que nas IES privadas 70% das vagas são para os cursos noturnos” (NEVES, 2012, p. 08).

Essa característica tem uma íntima ligação com a qualidade dos estudos, pois a dedicação e o rendimento dos alunos que frequentam um curso diurno são



absolutamente diversos, por razões óbvias - dos alunos que trabalham o dia todo e estudam à noite - situação extremamente comum nas universidades privadas.

Enfim, por mais desmerecedora e aversiva que possa ser essa conjuntura, é preciso admitir que ela é real em tempos de capitalismo. Desse modo, ao invés de uma negação da situação, talvez a melhor saída seja admitir que a busca pelo saber e pelo conhecimento talvez não seja mais a finalidade primordial dos alunos que ingressam na Universidade.

Há outras configurações e outros objetivos. E a Universidade precisa criar mecanismos e estratégias para lidar com essa nova realidade de uma forma que atenda aos anseios capitalistas do século XXI, e também mantenha a qualidade inerente à sua finalidade inicial, qual seja, a produção do conhecimento.

Na modernidade, a Universidade precisa enfrentar o proliferamento dos cursos à distância e dos cursos técnicos sem ser substituída por eles. A multidimensionalidade e a complexidade da sociedade atual exige que a Universidade reveja seu modelo de funcionamento e se mova em direção a novas e criativas adaptações.

Nesse sentido, Gomes e Moraes (2012):

O ingresso crescente de parcelas da população faz incorporar de forma igualmente crescente diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais as IES, e tende a colocar em xeque o mandato e o modus operandi deste nível de ensino (GOMES; MORAES, p. 174).

Talvez o caminho seja, ao invés da substituição do ensino tradicional, a adoção de metodologias alternativas capazes de responder à demanda mercantil em toda a sua complexidade, se é que isso é possível.

Confrontando com esse entendimento, Neves (2012) exprime o enfrentamento da complexidade da sociedade contemporânea:

Outro aspecto importante para atender a nova demanda é intensificar a diversificação da oferta do ensino superior, não apenas a tradicional oferta de bacharelado e licenciatura, mas também investir em cursos tecnológicos, vocacionais, de curta duração, atendendo demandas imediatas e necessárias do mercado de trabalho (NEVES, 2012, p. 16).

De fato, o momento vivenciado pelas Universidades é de reorientação e



reordenação quanto a objetivos, estrutura e funcionamento. E, embora não se saiba exatamente como proceder às mudanças e, ao mesmo tempo, conservar qualidade do ensino superior, entende-se que o processo deve ser feito sob a ótica da complexidade. É preciso considerar a singularidade e também a multidimensionalidade do momento sócio-histórico atual, porém, sem descuidar da função precípua da Universidade, que é a produção do conhecimento.

Os novos contornos da instituição universitária já se vislumbram. Espera-se, agora, que venham agregados ao papel original da universidade, qual seja, a produção de um saber que, acima de tudo, contribui para o progresso da sociedade - avaliado não apenas sob a ótica do crescimento econômico, mas, principalmente, do desenvolvimento humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da onda de popularização do Ensino Superior, por motivos diversos e complexos, a Universidade pública e os cursos elitizados ainda são um privilégio para poucos.

Para a grande maioria dos alunos oriundos das classes populares, o acesso à Universidade se dá por meio dos programas e políticas públicas que facilitam o ingresso em instituições privadas.

Nesse sentido, por mais louvável que sejam as iniciativas governamentais, é preciso considerar que a oferta do Ensino Superior como mercadoria não pode substituir o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

O acesso à Universidade não pode significar apenas a obtenção de um certificado para fins de inserção no mercado de trabalho; deve, precipuamente, significar o agregamento de conhecimentos e valores que contribuam para a formação de cidadãos críticos, capazes de construir uma sociedade melhor.

Portanto, o papel da Universidade na atualidade envolve funções várias e plurais, que se somam e se complementam para fazer frente a uma realidade igualmente complexa e multidimensional.

Sob essa ótica, entende-se que o momento de transição vivido pelas



instituições de curso superior não implica necessariamente na substituição do ensino tradicional, mas sim na sua complementarização por novos modelos que atendam às demandas atuais.

Assim, o papel da Universidade não deve se restringir à formação profissional, mas deve também abranger as atividades de pesquisa e extensão, os cursos técnicos, a formação complementar propiciada pelo ensino à distância, a produção do conhecimento e de inovação.

Logo, a educação universitária pode assumir configurações múltiplas, desde que o ensino ofertado seja de qualidade e realmente acrescente conhecimentos para o aluno.

Por último, é inegável que a Universidade tem uma função fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Por conta disso, reduzir essa instituição a uma mera fábrica de diplomas é um prejuízo a ser suportado não apenas pelos alunos-clientes, mas pela coletividade como um todo.

REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 26. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em 05 de nov. 2012.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade no Brasil: um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 16-32, 1999.

GOMES, Alfredo M. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MACEBO, D.; SILVA JR., J. R.; OLIVEIRA, J. F. **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Atomo & Alinea, 2008.



v. 1, p. 23-51.

GOMES, ALFREDO M.; MORAES, Karine N. de. Educação Superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012. Disponível em
:<<http://www.cedes.unicamp.br>>Acesso em: 16 nov. 2012.

GUIMARÃES, R. “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.” In: VIANA, G; SILVA, Marina; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (p. 43 a 68)

HANNIGAN, J. **A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEVES, Clarissa E. B. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), em São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Duas teses sobre o trabalho no capitalismo. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 4, dec. 2006 . Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 16 Nov. 2012.

REBELO, Luiza, M. B.; COELHO, Christianne C. S. R.; ERDMANN, Rolf H. Contribuições da Teoria da Complexidade ao Processo de Planejamento Estratégico em Universidades. In: III Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2003. Florianópolis. **Anais impressos...** Florianópolis: UFSC, 2003.

SEVERINO, Antonio J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**. Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Universidade: a idéia e a história. **Estudos Avançados**. v. 20, n. 56, p. 191-202, 2006.



SILVA, João dos R.; SGUISSARDI, Valdemar. Reforma da educação superior: renúncia do Estado e privatização do público. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, n.13, v. 2, p. 81-110, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Da Ideia de Universidade a Universidade de Ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 27/29, p. 11-62, jun. 1989.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

